



**ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL
E COMUNITÁRIA - APRISCO**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA - APRISCO
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 – Balanço patrimonial

Quadro 2 – Demonstração do superávit/ (déficit) do exercício

Quadro 3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
RELATÓRIO MG - 2017/071**

**Aos Administradores da
ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA - APRISCO**
Virgem da Lapa - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA – APRISCO** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA – APRISCO** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (NBC ITG 2002 R1).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

De acordo com a nota explicativa n°19, a política de parceria do ChildFund preza pela independência das organizações parceiras. A análise de indicadores sociais e financeiros elaborados pela administração do ChildFund Brasil em consonância com a avaliação da estratégia global indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Anualmente o ChildFund Brasil elabora análise propondo desafiliação e fusão das Entidades e submete ao ChildFund Internacional. De acordo com análise, a expectativa de desafiliação da entidade é março de 2018. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações. Até a data de encerramento dos nossos trabalhos o ChildFund Internacional não se posicionou quanto a desafiliação da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2017.



BAKER TILLY
BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES

Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

Cristina Braga de Oliveira
Contadora CRC MG - 079.371/O-6
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

QUADRO 1
ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA - APRISCO
 Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
 (Valores expressos em reais)

ATIVO	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	22.127	118.602
Encargos a compensar	-	583
Despesas antecipadas (nota 5)	4.136	2.165
Adiantamentos a funcionários	1.402	1.172
Outros créditos		<u>140</u>
Total do ativo circulante	<u>27.665</u>	<u>122.662</u>
NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado (nota 6)	<u>206.476</u>	<u>143.704</u>
Total do ativo não circulante	<u>206.476</u>	<u>143.704</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>234.141</u></u>	<u><u>266.366</u></u>

QUADRO 1 (página 2)
ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA - APRISCO
Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE		
Fornecedores	6.145	1.213
Obrigações trabalhistas e tributárias (nota 7)	4.241	1.252
Provisões de férias e encargos (nota 8)	29.320	24.234
Subvenções a apropriar (nota 9)	28.255	-
DFC's a repassar (nota 10)	18.033	17.774
Total do passivo circulante	<u>85.994</u>	<u>44.473</u>
NÃO CIRCULANTE		
Provisão para contingências (nota 11)	-	21.828
Subvenções a apropriar (nota 9)	69.854	-
Total do passivo não circulante	<u>69.854</u>	<u>21.828</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 12)		
Patrimônio social	200.065	145.418
Superávit (déficit) acumulados	<u>(121.772)</u>	<u>54.647</u>
Total do patrimônio líquido	<u>78.293</u>	<u>200.065</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>234.141</u>	<u>266.366</u>

QUADRO 2**ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA - APRISCO**

Demonstração de superávit (déficit) em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECEITAS OPERACIONAIS		
Doações do ChildFund Brasil (nota 13)	363.838	375.843
Subvenções e doações públicas (nota 13)	-	56.503
Trabalho voluntário (nota 17)	9.005	7.195
Doações diversas (nota 13)	232.005	220.516
Isonção de Tributos - INSS (nota 16)	61.715	50.151
Outras receitas	24.424	1.438
Receitas Financeiras	6.910	7.423
Resultado na venda de ativo mantidos para revenda	-	54.557
	<u>697.897</u>	<u>773.626</u>
DESPESAS OPERACIONAIS (nota 14)		
Despesa com Pessoal e encargos	(227.643)	(195.415)
Despesas com materiais para programas	(76.803)	(86.871)
Benefícios diretos aos assistidos	(331)	-
Serviços de terceiros	(249.973)	(271.554)
Trabalho voluntário (nota 17)	(9.005)	(7.195)
Contribuições sociais - INSS quota isenta (nota 16)	(61.715)	(50.151)
Despesas gerais	(148.257)	(74.592)
Despesas de depreciação	(37.270)	(25.436)
Despesas financeiras	(6.360)	(6.268)
Isonções e donativos	(1.332)	(1.335)
Resultado na baixa de bens	(980)	(162)
	<u>(819.669)</u>	<u>(718.979)</u>
Superávit (Déficit) do exercício	<u><u>(121.772)</u></u>	<u><u>54.647</u></u>

QUADRO 3**ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA - APRISCO**Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Superávit (déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	188.610	(43.192)	145.418
Incorporação ao patrimônio social	(43.192)	43.192	-
Déficit do exercício	-	54.647	54.647
Saldos em 31 de dezembro de 2015	145.418	54.647	200.065
Incorporação ao patrimônio social	54.647	(54.647)	-
Superávit do exercício	-	(121.772)	(121.772)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	200.065	(121.772)	78.293

QUADRO 4**ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA - APRISCO**

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro 2016 e 2015

(Valores expressos em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) líquido do exercício	(121.772)	54.647
Depreciação	37.270	25.436
Resultado na baixa de bens do Ativo Imobilizado	980	162
Reversão da Provisão de Riscos Fiscais	(21.828)	-
	<u>(105.350)</u>	<u>80.245</u>
(Aumento) redução nos ativos		
Subvenções a receber	-	6.600
Ativos não circulantes para alienação	-	443
Despesas antecipadas	(1.971)	227
Adiantamento a funcionários	(230)	395
Encargos a recuperar	583	(106)
Outros créditos	140	151
	<u>(1.478)</u>	<u>7.710</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	4.932	(8.185)
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.989	(4.336)
Provisões de férias e encargos	5.086	(521)
Subvenções a apropriar	98.108	(16.917)
DFC's a repassar	259	988
Contas a pagar		
	<u>111.374</u>	<u>(28.971)</u>
	<u>4.546</u>	<u>58.984</u>
RECURSOS LÍQUIDOS GERADOS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo imobilizado	(113.021)	(16.500)
Venda do ativo imobilizado	12.000	-
	<u>(101.021)</u>	<u>(16.500)</u>
RECURSOS LÍQUIDOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(96.475)</u>	<u>42.484</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	118.602	76.118
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	22.127	118.602
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(96.475)</u>	<u>42.484</u>

ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INFANTIL SOCIAL E COMUNITÁRIA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em reais)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A ENTIDADE

A Associação de Promoção Infantil Social e Comunitária - APRISCO é uma sociedade civil, de objetivos filantrópicos, sendo reconhecida como de utilidade pública a nível municipal e federal. Possuidora do Certificado Beneficente de Assistência Social CNAS e registro de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

Tem por finalidade promover o crescimento humano e desenvolver a potencialidade de sua clientela infanto-juvenil, formando o cidadão consciente, através do atendimento às suas necessidades básicas. Conta com o apoio da comunidade, órgãos públicos e do ChildFund Brasil. Atende aproximadamente 769 crianças inscritas e 639 apadrinhadas da comunidade carente do município de Virgem da Lapa e região, em Minas Gerais. Os resultados obtidos em suas operações são reaplicados no seu próprio objetivo social. É regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável às Entidades desta natureza.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC ITG 1000). A Entidade esta sujeita ainda à observância da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC ITG 2002 R1 para Entidade sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade.

a. Receitas e despesas

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC ITG 2002 R1 (Entidades Sem Finalidades de Lucros), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade.

b. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa, suas aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

d. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada oportunamente e ajustada se necessário.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do superávit (déficit) no exercício em que o ativo for baixado.

e. Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

f. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, quando existentes, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

g. Reconhecimento dos trabalhos voluntários

Os trabalhos voluntários (receitas e despesas), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, são reconhecidos pelo valor justo da prestação dos serviços como se tivessem ocorrido os desembolsos financeiros.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

a) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias possam indicar perdas no valor recuperável.

b) Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A posição de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	2016	2015
Caixa	1.747	618
Bancos	2.164	270
Aplicações Financeiras	18.216	117.714
Total	22.127	118.602

5. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2016 montavam em R\$ 4.136 (R\$ 2.165 em 31/12/2015), relativas a prêmios de seguros a apropriar de ativos de propriedade da Entidade.

6. IMOBILIZADO

A composição do Imobilizado, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	Taxa de depreciação ao ano %	2016	2015
Terrenos	-	6.564	6.564
Edificações e instalações	4	104.282	104.282
Veículos	20	156.683	60.162
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	40.118	40.118
Equipamentos de processamento eletrônico de dados	10	29.488	29.488
Móveis e utensílios	10	53.493	53.493
		390.628	294.107
Depreciação acumulada		(184.152)	(150.403)
Total Imobilizado		206.476	143.704

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Terrenos	Edif. Inst.	Veículos	Maq. Equip.	Mov. Utensil.	Equip. Inf.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	6.564	79.616	22.708	13.350	24.126	6.438	152.802
Adições	-	-	16.500	-	-	-	16.500
Baixas	-	-	-	(162)	-	-	(162)
Depreciação	-	(4.433)	(10.780)	(3.747)	(3.437)	(3.039)	(25.436)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.564	75.183	28.428	9.441	20.689	3.399	143.704
Adições	-	-	113.021	-	-	-	113.021
Baixas	-	-	(16.500)	-	-	-	(16.500)
Depreciação	-	(4.432)	(22.227)	(1.781)	(3.313)	(1.996)	(33.749)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.564	70.751	102.722	7.660	17.376	1.403	206.476

A entidade não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também, não identificou desgastes e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro as obrigações trabalhistas e tributárias apresentam a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários a pagar	-	-
INSS a pagar	1.839	367
FGTS a pagar	1.883	188
PIS sobre folha de pagamento	235	1
IRRF a recolher	182	-
Seguro de vida a pagar	102	161
Contribuição Sindical a pagar	-	117
Auxílio Saúde, Lazer e Educação a pagar	-	418
Total	<u>4.241</u>	<u>1.252</u>

8. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS

Provisão de férias e encargos apresentam a seguinte composição, em 31 de dezembro:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão para férias	26.899	22.233
FGTS sobre férias	2.152	1.779
Encargos sobre férias	269	222
Total	<u>29.320</u>	<u>24.234</u>

9. DOAÇÕES E OUTRAS FONTES NÃO MONETÁRIAS

A Entidade recebeu em 21/06/2016 doação da Central Geral do Dízimo-Pró Vida, um veículo Caminhonete Amarok 4 x 4 , 2016/2016 no valor de R\$ 113.021, a ser realizado em conta de resultado na proporção da depreciação.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Recursos e doações de outras fontes a apropriar	113.021	-
Doações apropriadas	(14.912)	-
TOTAL	<u>98.109</u>	<u>-</u>

Abaixo segue a segregação do saldo entre circulante e não circulante:

<u>Ano</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Parcela do circulante	28.255	-
Parcela do não circulante	69.854	-
Total	<u>98.109</u>	<u>-</u>

10. DFC'S (DESIGNATED FUND CERTIFICATE) A REPASSAR

A Entidade recebeu do Fundo Cristão para Crianças valores de DFC's, presentes de padrinhos destinados à crianças (afilhados), os quais foram contabilizados em conta patrimonial do passivo circulante, conforme a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo anterior	17.774	16.786
DFC estornado de exercícios anteriores	331	-
DFC's recebidos destinados às Crianças	85.977	97.181
DFC's repassados às Crianças	(85.947)	(96.122)
DFC's revertidos à entidade	(102)	(71)
Saldo a Repassar para crianças	<u>18.033</u>	<u>17.774</u>

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Provisão para contingências apresentam a seguinte composição, em 31 de dezembro:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão ação judicial	-	20.828
Honorários advocatícios	-	1.000
Total	<u>-</u>	<u>21.828</u>

O saldo demonstrado acima é referente a processos judiciais trabalhistas de perda possível e os honorários advocatícios sobre o mesmo.

O Processo TJMG Nº 003406038036-6 Numeração única: 0380366-04.2006.8.13.0034 da 2ª Vara, teve sua baixa definitiva em 08/01/2016 afastando a responsabilidade civil da Associação de Promoção Infantil Social e Comunitária – APRISCO

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os resultados dos períodos são mantidos na rubrica "Superávit/Déficit acumulado" e são transferidos para a conta de Patrimônio Social após a aprovação da administração. Em 2016, foi aprovada pela administração a incorporação do Superávit no montante de R\$ 54.647 referente ao resultado apurado em 2015 (déficit de R\$ 43.192 em 2015 referentes ao resultado apurado em 2014).

O déficit apurado em 2016 no valor de R\$ (121.772) será objeto de aprovação para incorporação no exercício seguinte.

13. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

A Entidade recebeu doações e subvenções durante o exercício registradas em contas de receita da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Subsídios – ChildFund Brasil	363.332	375.261
Ajuda Especial – ChildFund Brasil	-	-
DFC's a o projeto – ChildFund Brasil	506	582
Doações e subvenções públicas	-	56.503
Doações diversas	232.005	220.516
	<u>595.843</u>	<u>652.862</u>

14. GRATUIDADES

As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas segregadamente por Custos e Despesas, excetuando-se as despesas com depreciação e Contribuições sociais-INSS Quota isenta, estando suportadas por documentação hábil.

Entidade atendo ao disposto no Decreto nº 8.242/2014 e Resolução nº 188, de 20 de outubro de 2005, tendo concedido gratuidades em 2016 no montante de R\$ 719.704 (R\$ 643.392 em 2015).

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas operacionais	818.689	718.979
Isenção de INSS	(61.715)	(50.151)
Despesas com depreciação	(37.270)	(25.436)
Gratuidades	<u>719.704</u>	<u>643.392</u>

15. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade mantinha cobertura de seguros para seus bens em montante considerado pela mesma suficiente para cobrir eventuais sinistros.

16. ISENÇÃO DE TRIBUTOS - INSS

A isenção das contribuições sociais, usufruídas no ano de 2016, em função da entidade possuir certificado de entidade de fins filantrópicos, está registrada em contas de receita e totalizou R\$ 61.715 (R\$ 50.151 em 2015).

17. TRABALHO VOLUNTARIADO

Os trabalhos voluntários do Grupo Governança foram mensurados com base nos valores praticados por esses profissionais no mercado.

Descrição	2016	2015
Quantidade de horas	388	310
Valor h/h	23,21	23,21
Valor total - R\$	9.005	7.195

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

19. INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL

A política de parceria do ChildFund preza pela independência das organizações parceiras. A análise de indicadores sociais e financeiros elaborados pela administração do ChildFund Brasil em consonância com a avaliação da estratégia global indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Anualmente o ChildFund Brasil elabora análise propondo desafiliação e fusão das Entidades e submete ao ChildFund Internacional. De acordo com análise, a expectativa de desafiliação da entidade é março de 2018.

APRISCO

Glaucinéia Pereira de Souza- Presidente
CI: MG-13.358.197 CPF: 064.830.786-76

José Santos Gomes Farias

Contador- CRC/MG: 046.066/O-5

* * * * *